COMENTÁRIO

PODEMOS PENSAR A TEORIA DA HISTÓRIA SEM AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO?
Comentários a João Ohara e Valdei Araujo

EDUARDO H. B. DE VASCONCELOS
Universidade Estadual de Goiás
Quirinópolis | Goiás | Brasil
eduardo.vasconcelos@ueg.br
orcid.org/0000-0001-9163-1446

Os argumentos apresentados por João Ohara (2026) e Valdei Araujo (2026) sobre o estado da arte da Teoria e História da Historiografia no Brasil, constituem, sem dúvida, um marco reflexivo para a área. Ambos os autores problematizam o termo "Teoria da História", expondo a polissemia que ronda seus termos constituintes, além de criticarem os efeitos práticos de uma indefinição que, longe de ser inofensiva, compromete currículos, contratações e a própria legitimidade do campo. João Ohara, com sua inspiração agostiniana, capta a angústia de quem sabe intuitivamente o que é teoria da história, mas vacila ao defini-la; Valdei Araujo, por sua vez, oferece um contraponto dialético, sugerindo que a fluidez dos limites não é sinal de fraqueza, mas o fruto de uma institucionalização madura, capaz de abrigar controvérsias e multiplicar horizontes.

No entanto, há um espectro que ronda esses dois argumentos sem nunca ser nomeado: a realidade política, econômica, social e simbólica, concentrada em casos observados ou restritos ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Minas Gerais, considerados como "o Brasil", isto é, como metonímia de todo o país, e de onde os dois professores falam[1]. É surpreendente que, num país de dimensões continentais e de desigualdades regionais tão gritantes, uma discussão sobre a consolidação e a relevância de um campo de saber possa se dar como se o território nacional fosse uma superfície lisa, onde todas as paisagens, experiências e vozes ecoassem com a mesma potência.

Comecemos pelo diagnóstico de Ohara. Quando ele afirma que a teoria da história se define mais negativamente – ou seja, pelo que não é – pelos recortes cronológicos e geográficos que recusam, do que afirmativamente, ele toca num nervo exposto da disciplina. Contudo, essa definição por exclusão não ocorre de uma "forma natural"; ela é moldada por um contexto institucional profundamente concentrado. As universidades que historicamente pautaram o debate teórico no Brasil (USP, Unicamp, Unesp, UFF, UFRJ e UFMG) não são apenas polos de excelência acadêmica; são, também, os epicentros de um circuito econômico que concentra a maior parte dos recursos públicos nacionais para o financiamento à pesquisa ao longo de décadas, em detrimento das demais regiões do país (Santos 2023).

Além disso, é na Região Sudeste do país que estão as sedes dos maiores conglomerados de comunicação nacionais e onde se concentram as principais editoras comerciais e universitárias (EdUSP, Editora Unesp e Editora UFMG). Essas instituições detêm o poder de transformar um livro em referência, e essa referência em capital econômico e simbólico rapidamente divulgado pelos meios de mídia, instalados a poucos quilômetros dos *campi* dessas grandes universidades (Vasconcelos 2026). Não por um acaso, é nesse espaço que se encontram os periódicos acadêmicos considerados referenciais, os comitês de assessoramento das agências de financiamento e as sedes das principais associações científicas. Em outras palavras, consolida-se há muito tempo um consenso estrutural que restringe a produção historiográfica e científica nacional à projeção da realidade do Sudeste do Brasil sobre o restante do país. Ao impor uma perspectiva regional específica como "modelo nacional" para ver, entender e explicar a história, essa dinâmica subordina as demais regiões e bloqueia o diálogo nacional.[2]

Essa assimetria não é um detalhe pitoresco; ela é estruturante, e torna a "atitude agostiniana" descrita por Ohara um fardo. Para quem está no centro desse sistema, a vagueza ou a imprecisão pode ser um luxo intelectual, um espaço de manobra criativa, pois dá liberdade para desenvolver pesquisas, construir argumentos e se consolidar rapidamente como uma "voz de autoridade" na área. Para quem não desfruta do mesmo apoio estrutural e habita a periferia do país, a indefinição é um obstáculo burocrático e existencial: espera-se que os "fora do eixo" ou "marginalizados" apenas copiem e reproduzam o que é ditado pelo "centro nacional", uma vez que os objetos de estudo da realidade ontológica local são tradicionalmente desprezados por esses mesmos centros.

[1] Especificamente no âmbito da Teoria da História e da Historiografia, esse perímetro espacial deve ser ampliado para abranger a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no interior de Minas Gerais, e os programas de pós-graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), no Centro-Oeste.

[2] No Brasil, o trabalho clássico sobre como esse processo aconteceu especificamente na atual região Nordeste do Brasil é o de Albuquerque Jr (2009).

Dessa maneira, apresentar um argumento lastreado em uma realidade não central torna mais difícil justificar a relevância de uma pesquisa, obter financiamento, ter seus artigos aceitos em periódicos de impacto e, sobretudo, ser citado como referência. A própria sugestão de Ohara referente à necessidade de explicitarmos as definições de teoria da história soa, nesse contexto, como uma faca de dois gumes. Se esses juízos forem estabelecidos pelos mesmos atores e pelas mesmas instituições que já dominam o campo, o que teremos não será uma delimitação mais clara, mas a consagração de um cânone dito nacional que contempla os interesses de uma forma de ver e entender a realidade que será imposta a todas às demais partes do país.

Passemos, então, às considerações de Valdei Araujo. Seu esforço em matizar a ideia de que a ausência de uma definição única representa fragilidade é profícuo. Ao propor que a consolidação de uma disciplina não exige adesão a um núcleo rígido, mas sim à formação de uma "comunidade de debate ativa", Araujo oferece uma saída elegante para o impasse. Ele vê com bons olhos a multiplicação de temas, pois isso é um sinal de vitalidade, e não de inchaço. E sua sugestão de uma "interpretação dialética", segundo a qual a própria institucionalização cria as condições para a expansão de horizontes é, em tese, uma leitura generosa e produtiva da história da área no Brasil.

Todavia, quando Araujo fala em "espaços institucionais que [a área] não possuía com a mesma densidade há trinta anos", ele minimiza as disputas que os "novos" e os "velhos" sujeitos travaram e ainda travam para se legitimarem como controladores desses espaços. Além disso, as instituições e seus pesquisadores não são equivalentes: elas possuem orçamentos (dinheiro para bolsas, pesquisas, equipamentos, bibliotecas, funcionários etc.) e, sobretudo, visibilidades distintas. A "comunidade de debate" que ele evoca, por mais ativa que seja, é mediada por quem já está instalado nos grandes centros, ou por quem representa e reproduz os seus interesses. Essas redes de interlocução, que Araujo corretamente valoriza, não são neutras e operam segundo uma lógica de trocas acadêmicas que favorece as instituições e os pesquisadores já estabelecidos e estruturados.

Mais ainda: a própria "fluidez dos limites" que Araujo defende como saudável pode ser interpretada, do ponto de vista de quem está "fora do centro", como um mecanismo de exclusão sutil. Se os limites são fluidos, quem define onde e como eles se movem? Se a área é aberta a novas temáticas, quem as valida como legítimas? A resposta, ainda que não dita, recai sobre as mesmas instituições e seus pesquisadores, que já detêm o poder de validação. Assim, a dialética de Araujo, por mais virtuosa que seja, corre o risco de ser uma dialética de circuito fechado: um movimento interno ao centro que celebra sua própria multiplicidade, enquanto a periferia observa, de longe, os critérios mutantes que ora a incluem, ora a excluem.

Diante disso, é forçoso concluir que os textos de Ohara e Araujo, com toda a sua sofisticação e pertinência, explicitam de forma ampla as implicações da questão, mas falham em compreender e explicar como ela se desdobra internamente no vasto território nacional. Eles discutem a semântica, a institucionalidade e a comunidade, mas silenciam sobre o financiamento desigual, as inequidades regionais e a força do poder das instituições estabelecidas. Ignoram que a história nacional, no que tange à produção do conhecimento, mantem-se atada ao eixo econômico RJ-SP-MG, e que as universidades consolidadas, ao se articularem com editoras privadas e grandes conglomerados de comunicação, projetam seus interesses como "interesses

públicos", ao passo que relegam os interesses dos demais entes a um segundo plano (ver Chelala; Batista 2025), quando não ao esquecimento (ver Vasconcelos 2024). Incluir essa variável no debate não é um desvio provinciano; é, antes, uma exigência epistemológica e política, pois uma Teoria da História que não reflete sobre suas próprias condições materiais de produção e circulação é uma teoria que se pretende universal, mas que, na prática, fala de um lugar e para um público muito específico.

Além dessas questões gerais, há um aspecto concreto e de grande impacto na área que merece destaque e pouco é mencionado: os concursos públicos para docentes em Teoria da História. Se o campo não possui contornos bem delimitados, como argumenta Ohara, torna-se indispensável analisar não apenas a pós-graduação (mestrado e doutorado), mas também os certames destinados ao seu provimento. Diferentemente de outras áreas, cujas seleções exigem formação e produção bibliográfica específicas dos candidatos (como História Antiga, História Medieval, História da África, História da América Latina...), a área de Teoria da História e História da Historiografia frequentemente permite a inscrição de pesquisadores de qualquer especialidade desde que detentores do título de Doutor(a). Uma vez aprovados, esses docentes sem pesquisa específica na área não têm nenhum constrangimento em ignorar a produção acadêmica específica de seus "pares da área". Isso, se por um lado amplia o leque de abordagens iniciais, por outro acaba por inflacionar e esvaziar a consolidação de uma eventual agenda de pesquisa para o campo.

O desafio, portanto, não é apenas definir melhor a Teoria da História, como quer Ohara, ou celebrar sua fluidez produtiva, como sugere Araujo. O desafio é, antes, perguntar: quem tem o direito de definir e quem fica à margem desse movimento? Até que essa pergunta seja incorporada ao debate, a "atitude agostiniana" continuará sendo, para muitos, não uma angústia filosófica, mas uma experiência cotidiana de invisibilidade. E a "comunidade de debate" continuará sendo, para outros, um clube cujas portas se abrem com mais facilidade para quem já está do lado de dentro. Se a Teoria da História feita no Brasil quer, de fato, consolidar-se como um campo legítimo e relevante, ela precisará ter a coragem não apenas de classificar, como propõe Ohara, mas de descentralizar ou, ao menos, de nomear suas próprias hierarquias acadêmicas, sociais e geográficas como parte integrante de seu objeto teórico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

CHELALA, Claudia; BATISTA, Antonio. Proposta da USP para Margem Equatorial ressoa o Brasil Colônia. In: *Poder360*, 26 set. 2025. Opinião. Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/proposta-da-usp-para-margem-equatorial-ressoa-o-brasil-colonia/. Acesso em: 2 maio. 2026.

DE ARAUJO, Valdei Lopes. Sobre as vantagens de ser Agostiniano: Uma breve resposta ao ensaio de João Ohara. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 1–3, 2026. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/86926. Acesso em: 2 ago. 2026. Texto incialmente publicado pelo autor em: https://www.academia.edu/s/0e8af75a15. Acesso em: 23 jul. 2026.

OHARA, João. Nossa Atitude Agostiniana sobre Teoria da História. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 1–12, 2026. DOI: 10.5216/rth.v29.85992. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/85992. Acesso em: 23 jul. 2026.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. Regime de espacialização da educação pública: projetos de universidade, políticas de educação e saber histórico no Brasil (1964-2020). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 103-127, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/71251/46450. Acesso em: 24 jul. 2026.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. *A Ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro*: Ceará - Harvard - Ceará. Teresina: Editora Cancioneiro, 2024.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. Editoras, poder e silêncio: a geografia desigual do livro no Brasil. *A Terra é Redonda*, 6 jul. 2026. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/editoras-poder-e-silencio-a-geografia-desigual-do-livro-no-brasil/. Acesso em: 06 jul. 2026.

PODEMOS PENSAR A TEORIA DA HISTÓRIA
SEM AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO?
Comentários a João Ohara e Valdei Araujo
Comentário recebido em 04/08/26 • Aceito em 05/08/26
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892

Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado